






## APRESENTAÇÃO - NA FLORESTA, NAS ÁGUAS, NOS CAMPOS E NAS PERIFERIAS TÊM GENTES: EDUCAÇÃO DIFERENCIADA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL




*PRESENTATION: IN THE FOREST, IN THE WATERS, IN THE FIELDS AND IN THE PERIPHERIES THERE ARE PEOPLES: DIFFERENTIATED EDUCATION AND SOCIAL EMANCIPATION*

**Carina Catiana Foppa**   

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil

**Carla Giovana Souza Rocha**   

Universidade Federal do Oeste do Pará, UFPA, Brasil

**Sulivan Ferreira Campos de Souza**   

Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil

**Resumo:** O dossiê congrega 18 artigos, e o editorial, de autores e autoras de instituições de ensino superior e de educação pública, que apresentam relatos de experiências didático-pedagógicas e processos de pesquisa-ação que evidenciam as lutas em torno da imprescindível agenda da educação diferenciada e emancipação social de povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais e coletivos populares. As experiências e reflexões apresentadas fortalecem o debate acadêmico e social ao valorizar outros modos de educação, de escuta, de pluridiversidade, da inclusão das diferenças e da construção intercultural. Reúnem processos de reflexão-ação materializados em relatos de experiências educativas, ensaios e pesquisa-ação que promovem o reconhecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais e populares, experiências didático-pedagógicas em diferentes regiões do Brasil e em Cuba. Tais contribuições compõem um panorama dos potenciais e desafios em torno da Educação Diferenciada no Brasil, em diálogo com o combate ao racismo estrutural, a defesa dos territórios tradicionais e as lutas dos movimentos sociais por educação, direitos territoriais, autorreconhecimento e fortalecimento identitário.

**Palavras-chaves:** Direitos; Interculturalidade; Políticas Afirmativas.

**Abstract:** *The dossier brings together 18 articles, and the editorial, by authors from higher education and public education institutions, who present reports on didactic-pedagogical experiences and action research processes that highlight the struggles surrounding the essential agenda of differentiated education and social emancipation of indigenous peoples, quilombolas, traditional communities, and popular collectives. The experiences and reflections presented strengthen the academic and social debate by valuing other modes of education, listening, pluridiversity, the inclusion of differences, and intercultural construction. They bring together processes of reflection-action materialised in reports of educational experiences, essays and action research that promote the recognition and appreciation of traditional and popular knowledge, didactic-pedagogical experiences in different regions of Brazil and Cuba. These contributions provide an overview of the potential and challenges surrounding Differentiated Education in Brazil, in dialogue with the fight against structural racism, the defence of traditional territories, and the struggles of social movements for education, territorial rights, self-recognition, and identity strengthening.*

**Keywords:** Rights; Interculturality; Affirmative Policies.





O dossiê especial “*Na floresta, nas águas, nos campos e nas periferias têm gentes*” reúne autores e autoras de instituições de ensino superior e de educação pública, com o objetivo de registrar relatos de experiências didático-pedagógicas, processos de pesquisa-ação e reflexões sobre espaços formais e não formais de educação que evidenciam as lutas em torno da imprescindível agenda da educação diferenciada e emancipação social de povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais, população negra e coletivos populares.

Nosso esforço em reunir essas experiências busca reafirmar a centralidade das populações tradicionais, negras e periféricas como sujeitos epistêmicos e políticos, bem como reconhecer e valorizar seus conhecimentos no contexto da educação básica, compreendendo-os como dimensões imbricadas e indissociáveis das lutas de acesso e permanência desses grupos no ensino superior, historicamente excluídos das oportunidades educacionais.

A proposição desse dossiê, enquanto parceria entre as Universidades Federais do Pará e Paraná (UFPA e UFPR), inscreve-se em um movimento colaborativo de produção de conhecimento situado e engajado, resultante de trocas entre grupos de pesquisa e extensão comprometidos com a educação diferenciada, a pesquisa-ação participativa, a escuta e reconhecimento dos conhecimentos situados nos territórios tradicionais e o fortalecimento das Políticas Afirmativas. Tal articulação constitui um espaço interinstitucional de sistematização crítica e reflexão-ação sobre o que tem sido tecido no chão dos territórios tradicionais e das periferias, de norte a sul do Brasil. Essas ações, desenvolvidas por docentes do ensino superior e educação básica, lideranças, movimentos sociais, organizações comunitárias e, com participação expressiva de mulheres, exemplificam a potência das articulações entre universidade e territórios como estratégia de enfrentamento das desigualdades, econômicas e raciais, e de processos educativos comprometidos com a transformação social e a luta anti-racista.

Pesquisadores e pesquisadoras dessas instituições têm atuado em rede, numa perspectiva de aprender-fazendo coletivamente os contornos da educação diferenciada na educação básica, assim como os desafios e conquistas já alcançadas no que se refere ao acesso e permanência dos povos originários, comunidades quilombolas e tradicionais, população negra, migrantes e pessoas com deficiência no ensino superior, buscando qualificar e tensionar o escopo da implementação das Políticas Afirmativas, da educação escolar quilombola, indígena, do campo e das relações étnico-raciais, à luz das diferentes realidades territoriais do país.

Esse dossiê constitui, portanto, um compromisso político e acadêmico com os grupos sociais historicamente colocados às margens, buscando visibilizar as experiências de pesquisa, extensão e ensino, interconectadas com a educação básica e o ensino superior, e das práticas que emergem de processos educativos e de auto-organização de movimentos sociais, gestados por povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, coletivos populares, população negra e populações camponesas.

Os artigos aqui reunidos fortalecem o debate acadêmico e social ao valorizar outros modos de educação, de escuta, da pluridiversidade, da inclusão das diferenças e da construção intercultural. Reúnem processos de reflexão-ação materializados em relatos de experiências educativas, formais e não formais, ensaios e pesquisa-ação que promovem o reconhecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais e populares em diferentes regiões do Brasil e em Cuba. Tais contribuições compõem um panorama dos potenciais e desafios em torno da educação diferenciada no Brasil, em diálogo com o combate ao racismo estrutural, a defesa dos territórios tradicionais e as lutas dos movimentos sociais por educação, direitos territoriais, autorreconhecimento, fortalecimento identitário e, por sua vez, a emancipação social.

## **EDUCAÇÃO DIFERENCIADA E FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS**

(...) Já podaram seus momentos

Desviaram seu destino  
Seu sorriso de menino  
Quantas vezes se escondeu

Mas renova-se a esperança  
Nova aurora a cada dia  
E há que se cuidar do broto  
Pra que a vida nos dê flor  
Flor e fruto (...)

(Música Coração de estudante, Milton Nascimento)

Como docentes universitários envolvidos com a implementação das Políticas Afirmativas (Brasil, 2012) e motivados pelo compromisso inegociável de ampliar as condições de acesso e permanência na universidade para grupos historicamente excluídos

dessas oportunidades educacionais, temos sido reiteradamente interpeladas(os) por inúmeras histórias de meninos e meninas, jovens e adultos racializados, cujos percursos de vida foram desviados e oprimidos por um sistema estruturado na negação da diferença e na reafirmação sofisticada de impor o falacioso aforismo “somos todos iguais”.

Em um contexto social e político no qual as ameaças à universidade pública, aos territórios tradicionais, às pautas identitárias, às conquistas decorrentes das Políticas Afirmativas, aos direitos por auto-reconhecimento e à luta anti racista, têm sido fortalecidas por movimentos conservadores em diversas parte do mundo, reunir experiências de resistência torna-se fundamental para fortalecer redes, evidenciar alianças entre diferentes instituições, valorizar a força mobilizadora dos movimentos sociais e reconhecer os esforços e desafios de profissionais da educação em diferentes contextos.

Nessa onda conservadora, é notório o crescimento de políticas segregadoras que negam as diferenças e as diversidades de gênero, raça, etnia e sexualidade, bem como as culturas e modos de vida dos povos tradicionais e coletivos populares, rotulando as situações de opressão e desigualdade como algo a serem combatidos. Ao mesmo tempo, uma série de lutas sociopolíticas constroem contrapontos a essa visão de mundo excludente, herdeira do sistema-mundo moderno colonial. São experiências, práticas e movimentos democráticos, inclusivos, diversos e interculturais que nascem e se fortalecem no interior dos movimentos sociais, contemplando diferentes formas de organização, que por sua vez, influenciam processos formativos, tensionam políticas públicas e propõem projetos educativos transformadores.

A educação diferenciada é uma dessas alternativas transformadoras, uma vez que é uma forma pedagógica de construir alternativas e ações coletivas voltadas à emancipação social de diferentes coletivos, em distintos territórios, partindo de suas realidades socioambientais e da diversidade étnico-racial e socioeconômica destes coletivos. Trata-se de uma perspectiva educacional que se ancora no respeito e valorização das diferentes culturas e saberes presentes na sociedade, e parte da diferença étnica, racial, territorial, sociocultural e pedagógica como fundamento. Estabelecer os direitos à diversidade como núcleo pedagógico e epistemológico torna possível construir propostas educativas com metodologias de ensino inclusivas, gestão participativa e intercultural, didáticas interculturais contextualizadas e formação docente comprometida com a diversidade e as relações étnico-raciais, de gênero, sexualidade e com as pautas territoriais.

No momento da publicação deste dossiê, destacamos a oportunidade de fortalecimento

das ações de ensino, pesquisa e extensão em rede, por meio do projeto “Políticas de Ação Afirmativa no ensino superior na Amazônia Paraense em diálogo com o Sul do Brasil: desafios para uma formação intercultural”, aprovado no Programa PDPG-AFIRMATIVAS - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) e financiado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Ensino Superior (CAPES). Seu objetivo é contribuir com a avaliação e fortalecimento das Políticas de Ação Afirmativa de acesso e permanência no ensino superior associadas aos povos e comunidades tradicionais amazônicas, a partir das experiências de educação intercultural crítica e do diálogo permanente com os movimentos sociais no eixo geográfico Norte-Sul do Brasil, para o enfrentamento do processo histórico de negação de direitos desses grupos sociais.

A parceria formalizada pela Cooperação Técnica com a UFPR tem permitido evidenciar os processos de deslocamento de estudantes indígenas da região amazônica para o sul do Brasil, o que complexifica a implementação das políticas, pensadas no eixo norte-sul do Brasil, exigindo novas leituras sobre interculturalidade em perspectiva territorial ampliada. Essa proposta pretende, com o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais: i) levantar bases legais e organizacionais das PAs, considerando os intercâmbios no eixo norte-sul e, com isso, ii) retratar as experiências exitosas e as incongruências no acesso e permanência de povos e comunidades tradicionais, para iii) aprofundar as perspectivas de formação intercultural e os resultados concretos nos projetos de vida dos egressos e suas comunidades. Trata-se, contudo, de um projeto que congrega a Universidade Federal do Pará, por meio do Programa de Pós-graduação em Estudos em Etnodiversidade (PPGEtno), coordenado pela professora Dra. Carla Rocha, iniciado em julho de 2024, e o Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR.

No contexto da Transamazônica e Xingu, a Faculdade de Etnodiversidade (FACETNO/UFPA), nos últimos 15 anos, e a Faculdade de Etnodesenvolvimento que lhe antecedeu, no Campus de Altamira, tem desenvolvido processos dialógicos de ensino, pesquisa e extensão, comprometida com diferentes grupos étnico-raciais, entrelaçando a educação às dinâmicas territoriais amazônicas, em diálogo permanente com os movimentos sociais. As evidências acumuladas neste processo estruturaram aspectos para avaliação das políticas afirmativas, a partir dos sujeitos que protagonizam essas experiências nos Cursos de Graduação em Licenciatura em Etnodesenvolvimento e Licenciatura em Educação do

Campo, que tem estudantes e egressos dos territórios tradicionais de diferentes regiões do estado do Pará, desde o Sudoeste e Nordeste paraenses, região do Marajó até o Baixo Amazonas.

Essa geografia das experiências consolida avanços das ações em curso, evidenciando aspectos positivos para superar os paradigmas homogeneizantes e das hegemonias de poder em curso na universidade. Ao mesmo tempo, permite reunir elementos para uma avaliação institucional das limitações e incongruências ainda presentes para a implementação das Políticas Afirmativas para o alcance de uma justiça cognitiva e social. Esses avanços culminaram na proposição e aprovação do curso de mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Estudos em Etnodiversidade (PPGEtno/FACETNO), em 2023, como uma proposta inovadora, já que a reserva de 80% de vagas exclusivas para camponeses, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, indígenas e membros de outras comunidades tradicionais é vista em um único programa de pós-graduação no país, o Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (UnB).

Efetivamente, a Faculdade de Etnodiversidade é um território que ensina, pelo seu protagonismo em efetivar e sustentar, ainda que muitas vezes com insuficientes recursos financeiros e materiais, um projeto político pedagógico enraizado nos territórios tradicionais e orientado por uma práxis comprometida com a abertura epistemológica e política da universidade. Como parte desta perspectiva, docentes têm se articulado para efetivar parcerias e trocas, e cientes que experiências similares estão presentes em diferentes contextos do nosso país, por vezes sem visibilidade ou alcance de publicização nas bases de dados acadêmicas.

Por isso, desde 2021, nosso grupo também compõe a Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT), com o Eixo Temático Permanente “Estudos sobre educação diferenciada e diversidade no ensino superior” e tem atuado nos eventos científicos promovidos pela RedeCT, a fim de identificar grupos de pesquisa e extensão, docentes da educação básica, pesquisadores e pesquisadoras que atuam em aliança às perspectivas de diálogo intercultural com os povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais, para repensar a universidade, seus cursos de graduação e programas de pós-graduação, a pesquisa e extensão universitária, as propostas curriculares, para que se efetive uma pluriversidade, pensada como territórios de produção de saberes e da diversidade a partir da inclusão de povos e comunidades tradicionais.

Com a sistematização dessas experiências, temos acumulado um acervo sobre as condições de acesso e permanência de estudantes, em diferentes níveis, da educação básica ao

ensino superior (graduação e pós-graduação) e, com isso, propor ações colaborativas e articulações interinstitucionais. À luz de aportes socioantropológicos, territoriais e educacionais, temos reunidos critérios para qualificar os projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação, a efetividade das Políticas Afirmativas nesses contextos para observar se na prática, tais ações têm culminado no fortalecimento dos projetos de vida de povos e comunidades tradicionais, suas estratégias de conservação da sociobiodiversidade e redução das desigualdades educacionais.

As vivências em curso nos permitem compreender a potência de ação resultante daquilo que efetivamente é pensado, gerido e conduzido com os povos e comunidades tradicionais. Passa a ser marcante a permeabilidade das experiências proporcionadas, pois inundam as histórias de vida de sujeitos e coletivos na educação básica, na graduação e pós-graduação, com alianças comprometidas com o saber-fazer, as lutas territoriais de diferentes grupos étnico-raciais para a redução dos abismos do acesso aos direitos básicos e fundamentais desses grupos.

As complexidades territoriais e os diferentes pertencimentos identitários exigem enfrentamentos éticos e políticos por parte de docentes e discentes, em diálogo com a força dos movimentos de auto-organização comunitária. A interculturalidade, nesse horizonte, é expressiva, não como conceito esvaziado, mas traduzida em prática tensionadora que desafia a universidade a transformar-se estruturalmente.

Com estes sujeitos coletivizados, podemos rever nossas práticas como docentes, pesquisadores e extensionistas, a partir do exercício profundo de escuta que permite avançar na construção de alteridades. Em cada momento de escuta, silêncio e de fala, reconhecemos as condições de privilégio e nossos lugares, e que hoje se transmutam no compromisso em fortalecer uma universidade pública, gratuita e de qualidade e, sobretudo, aberta aos sujeitos e grupos marginalizados historicamente pela hegemonia do saber e do poder.

A prática docente, ainda pautada pelo engessamento disciplinar de matriz eurocêntrica, é revista pelo conforto decorrente do diálogo tolerante e não disciplinar promovido em sala de aula com os/as discentes de diferentes pertencas e realidades. Mesmo nesse horizonte em potencial, há que sempre pautar os desafios assinalados por bell hooks (2017) no exercício de “abraçar a mudança” e do “quanto o corpo docente precisa desaprender o racismo para aprender sobre a colonização e a descolonização e compreender plenamente a necessidade de criar uma experiência democrática de aprendizado” (p.55) com esses sujeitos e coletivos.

Cada momento formativo, nas trocas com a “mãe e filhas e filhos de todas as lutas”, faz com que as fronteiras das disciplinas também alcancem outros contornos, pois, como

“empates”, a defesa da floresta em pé ganha vida em sala de aula, com outros nomes e sonhos. Este dossiê, contudo, compila vertentes deste caminhar como uma semente de registro desse esperar que se renova a cada aurora, tecido junto a muitos grupos e histórias e passam a ter nome e visibilidade.

## **GUIA DE LEITURA E UM PANORAMA DAS PRODUÇÕES REUNIDAS**

O dossiê percorre distintos temas, abrangendo diferentes regiões do Brasil e contextos territoriais, além de uma experiência desenvolvida em Cuba. O convite à leitura pode seguir esse guia orientador, apresentando os dezesseis artigos em sete eixos que reúnem as produções desta edição especial.

O primeiro eixo, composto por dois artigos, apresenta experiências realizadas com os povos Huni Kuin, no Acre, e com os Guarani Mbya, na região sul do país. O artigo de Carlos Augusto de Andrade Barbosa, Francisco Edviges Albuquerque e Shelton Lima de Souza evidencia aspectos históricos da resistência do povo Huni Kuin em torno da educação bilíngue, intercultural e diferenciada. A luta pela implementação do Ensino Médio no contexto escolar indígena, a imposição histórica da alfabetização em língua portuguesa e a atuação de lideranças indígenas na efetivação do direito à educação diferenciada e bilíngue são mobilizadas para demonstrar a materialidade das ações políticas e pedagógicas dos movimentos e lideranças indígenas. Os materiais produzidos no âmbito da educação (escolar) indígena Huni Kuin delineiam caminhos construídos ao longo de uma luta secular dos povos originários na região acreana. O artigo de Fernanda Martins Felix, Ana Carolina Minicovski Rodrigues, Lia Mara Rodolpho Bianchini, Luiza de Oliveira Monteiro, Meize Gabrielle Rodrigues e Teodoro Andrade dos Santos, apresenta um esforço coletivo de atuação extensionista junto do povo Guarani Mbya, no Paraná, com potentes reflexões sobre o percurso intercultural estabelecido com os indígenas e sua interlocução com processos formativos no campo da formação audiovisual. Tal experiência evidencia a necessidade de reconhecer temporalidades próprias, regimes de conhecimento e epistemologias contra-hegemônicas, tensionando referenciais no campo da educação e das artes.

O segundo eixo, com dois artigos, percorre a realidade das Comunidades Quilombolas. O artigo de Manoela Olegário e Marcelo Nivert Schlindwein, ao apresentar uma experiência etnográfica junto a comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP), entrelaça identidade, território e práticas de conservação para problematizar o compromisso político do campo da etnobiologia, defendendo-a como uma ciência implicada com a

pluralidade de saberes ensinados e produzidos pelas comunidades quilombolas. Os outros dois artigos contribuem a partir da realidade das comunidades quilombolas paraenses, evidenciando os contornos das lutas pelo fortalecimento da Educação Escolar Quilombola e reafirmando os quilombos amazônicos como espaços históricos de resistência e luta. Já o artigo de Cássio Rogério Graças dos Santos, Maria Albenize Farias Malcher e Mayany Soares Salgado, ao partir do contexto de um Curso de Especialização em Educação Para Relações Étnico-raciais (IFPA, Campus Belém), aponta os desafios enfrentados pela Educação Escolar Quilombola frente aos conflitos socioambientais em Moju (PA) e a presença do racismo ambiental. A presença de professores não quilombolas é colocada em evidência para compreender como as práticas pedagógicas abordam tais conflitos e a cultura negra no cotidiano escolar, tensionando referenciais eurocêntricos e urbanocêntricos e reafirmando a centralidade da ancestralidade e da relação terra–território como dimensões estruturantes do processo educativo.

Na sequência, o dossiê volta-se à realidade das comunidades Extrativistas e Ribeirinhas, representadas por grupos vinculados às Reservas Extrativistas (Resex) da Amazônia paraense, com o artigo de Rosiane Portilho e Josiney da Silva Trindade discute elementos que atravessam a constituição identitária de docentes não pertencentes às comunidades tradicionais onde atuam. Ao articularem desafios deste processo de “tornar-se docente”, é possível explicitar a precariedade das condições materiais da educação no contexto das Resex que interferem na identidade docente, mas também o que é realizado, em termos pedagógicos, para se aproximar da realidade das famílias.

No quarto eixo, reunimos artigos relacionados à Educação do Campo e Educação Diferenciada no ensino superior e experiências vinculadas à Amazônia paraense. Os artigos vinculados ao contexto amazônico reúnem experiências e resultados de pesquisas que nos permitem aprofundar os meandros que envolvem o contexto educacional na região da Transamazônica. As potentes correlações entre Educação do Campo e o contexto da educação básica na região norte e sul do país evidenciam o compromisso dos cursos de graduação e pós-graduação diferenciados no enfrentamento das condições de oportunidades desiguais de acesso à educação.

O artigo de Luiza Moraes Moreno e Raquel da Silva Lopes articula importante denúncia sobre a violação do direito à educação de jovens camponeses na região da Transamazônica, nos municípios de Brasil Novo, Medicilândia, Altamira, Anapu e Uruará no estado do Pará, decorrente da ausência de escolas de Ensino Médio no campo. A escuta

e registro de depoimentos de jovens camponeses que vivem nessa região são apresentados para demonstrar como seus percursos escolares foram interrompidos, ou atrasados, pela inexistência, ou oferta não qualificada, de escolas de Ensino Médio, ainda pautadas em currículos urbanocêntricos e corpo docente pouco preparado do ponto de vista antropológico para lidar com a diversidade sociocultural da Amazônia paraense. Na direção do enfrentamento dessa realidade, as autoras Vilma Aparecida de Pinho, Léia Gonçalves de Freitas, Fernanda Brito dos Santos e Adelaine da Penha Batista articulam o pensamento de Paulo Freire com experiências desenvolvidas no espaço curricular da disciplina de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), nos cursos de Pedagogia e na Pós-graduação em Educação e Estudos em Etnodiversidade da UFPA. O artigo aborda, com isso, o compromisso da universidade com uma formação docente crítica e qualificada, capaz de problematizar as complexidades que constituem a população brasileira, historicamente imbricadas às relações raciais, ao racismo estrutural e às origens dos estereótipos raciais responsáveis por profundas desigualdades sociais. A partir das produções associadas a uma prática docente decolonial, vislumbram-se ações e práticas pedagógicas antirracistas que não neguem a constituição heterogênea da sociedade e centralizam processos de pertencimentos, lutas pela vida e sentidos da vida intimamente ligados aos rios da Amazônia paraense.

No artigo de Irlanda Socorro de Oliveira Miléo, Alcione Sousa de Meneses e Ana Paula dos Santos Souza, as autoras centralizam o debate no papel dos movimentos sociais da região da Transamazônica e Xingu pelo direito à educação diferenciada. A partir de entrevistas com lideranças sociais, participantes de diferentes processos formativos e egressos dos cursos de graduação diferenciada da UFPA, as autoras apresentam uma contextualização pujante da trajetória das mobilizações sociais ocorridas nas últimas três décadas no território que culminaram com propostas de cursos do ensino superior ofertado pela referida Universidade, alicerçados na educação diferenciada, como os Cursos de Educação do Campo e Etnodesenvolvimento, da Faculdade de Etnodiversidade do Campus de Altamira.

Nesse mesmo eixo, com o artigo de Alcinei da Silva Araújo, Fabíola Aparecida Ferreira Damacena e Ana Claudia Souza Rios, o enlace de resistência amazônica se consolida ao recuperarem na pesquisa a história desenvolvimentista que remonta à década de 1970, desde as investidas do governo militar com a construção da rodovia Transamazônica. A partir da relação entre colonização, memória e organização comunitária, delimita-se uma

problematização que permite registrar o protagonismo comunitário diante da limitada presença do poder público. A presença do curso de Educação do Campo, moldada pela Pedagogia da Alternância, delimita um recorte analítico capaz de evidenciar a precariedade de infraestrutura, a descontinuidade dos programas educacionais, marcas de um modelo colonialista que historicamente perpetua as desigualdades no campo e é remodelada pela corajosa atuação comunitária, pautada pelos vínculos, saberes locais e compromissos compartilhados.

Ainda nesse eixo relacionado à Educação do campo, o artigo de Adalberto Penha de Paula e Viviane Camejo Pereira problematiza o Curso de Licenciatura em Educação do Campo como um projeto formativo que se contrapõe às propostas e políticas neoliberais de formação. O autor e a autora partem da experiência desenvolvida na Licenciatura em Educação do Campo (Lecampo), na área de Ciências da Natureza, no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, evidenciando aspectos da sua organização curricular. O papel da pesquisa, como princípio educativo na Educação do Campo, é articulado como possibilidade teórico-metodológica para o trabalho pedagógico na formação de futuros(as) docentes, demonstrando no conjunto dos artigos deste eixo a robustez do que tem sido implementado pelas lutas da educação do e no campo.

No quinto eixo, o dossiê nos movimenta pelas festividades populares, enquanto potências culturais inscritas no território paraense. O artigo de Luiz Fernando de Assunção Corrêa, Viviane Odine de Sousa e Sônia Cristina de Albuquerque Vieira nos leva à festa de São Benedito e à Irmandade de Carimbó, em Santarém Novo (PA), compreendidas como espaços potentes de transmissão cultural. Ao valorizar os mestres de carimbó e essa expressão artística da tradição popular, tocada e dançada, os autores evidenciam a intrínseca relação entre tradição, cultura, identidade, educação e comunidade, atravessada por ciclos tradicionais e geracionais na forma de dançar e viver a festa devocional do santo preto. O artigo de Welison Alan Gonçalves Andrade e Nazaré Cristina Carvalho contribui ao refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem presentes na luta marajoara do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari, declarada como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do estado do Pará. Os interlocutores da pesquisa, os lutadores de Cachoeira do Arari, município situado nos Campos da Ilha de Marajó, ocupam posição central na pesquisa para evidenciar a força educativa, presente nas fazendas, quilombos, festas populares e praias, seus espaços mais tradicionais de prática, onde corpo, território e conhecimento se articulam como formação e pertencimento.

Embora as relações de gênero tenham sido mobilizadas em outros artigos do dossiê, reunimos no sexto eixo, com maior destaque, dois artigos que evidenciam tais relações. O artigo de Carine Suder Fernandes, Luane Kafcka Sanzovo, Amanda Carolina Gomes, Samanta Raue Massuga, Anna Flávia de Freitas Loiola, Aglailton Oliveira Magalhães, Cristiana Magni e Carlos Alberto Marçal Gonzaga, parte do contexto da atuação coletiva de discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) para construir coletivamente um processo de aproximação das integrantes da Associação de Mulheres Rurais Casa da Cultura Góes Artigas a respeito da organização que compõem, a partir de suas práticas comunitárias no município de Inácio Martins (PR). A associação atua no campo da economia solidária, do empoderamento feminino e da valorização de saberes rurais, tendo como foco as vivências de mulheres camponesas. No artigo “Insurgências de Marias”, de autoria de Victoria Guilherme Guedes de Moura e Tháís Pio Marques, somos convidadas(os) por uma escrita afetiva e politicamente situada, ancorada na noção da “Escrevivência”, que recupera trajetórias de resistência de mulheres negras no contexto do Rio de Janeiro. O artigo tensiona a visão de submissão e subalternidade historicamente construída sobre mulheres negras, colocadas às margens dos contos e dizimadas de seus protagonismos, para narrar as histórias de resistência de duas Marias, que representam tantas outras, cujos conhecimentos foram firmados pela tradição oral, honradas enquanto ancestralidade viva na escrita escreviente das autoras.

Por fim, o último eixo do dossiê articula dois campos inter-relacionados, da Educação Ambiental e da Educação em Espaços Não Formais, evidenciando práticas educativas e de pesquisa que extrapolam os limites da escolarização. O artigo de João Batista do Carmo Silva, Dora Lilia Márquez Delgado e Jesús Jorge Pérez Zubizarreta aborda uma experiência de educação ambiental comunitária não formal desenvolvida na Comunidade La Guaracha, em Herradura, município de Consolación del Sur, Cuba. O artigo apresenta, de modo metodologicamente detalhado, o percurso que parte do levantamento participativo dos problemas socioambientais locais para, em seguida, propor um Programa de Educação Ambiental construído com etapas de validação junto à comunidade. “Nas sombras da Samaúma”, encerramos o dossiê com as autoras Iana Keila Lima dos Santos Duarte, Ivanilde Apoluceno de Oliveira e Gisele Nascimento que retomam ensinamentos Freireanos para trazer a realidade do Projeto “Samaúma das Palavras”, desenvolvido por um museu situado em Macapá, na Amazônia amapaense. A reflexão ancora-se nos fundamentos presentes nas

obras e cartas de Paulo Freire, articulados à experiência de campo com a realização de entrevistas com técnicos do Museu Sacaca e relatos de visitantes do museu, a fim de evidenciar a importância deste espaço não formal no contexto amazônico e das possibilidades de sentipensar decorrentes.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 25 fev. 2026.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

NASCIMENTO, Milton; TISO, Wagner. Coração de estudante. In: NASCIMENTO, Milton. **Ao vivo**. Rio de Janeiro: Barclay/PolyGram, 1983.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES e ao Ministério da Educação pelo financiamento pelo Programa PDPG-AFIRMATIVAS - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG).